



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
ADVOCACIA GERAL DO MUNICIPIO

Câmara Municipal de  
São Francisco do Guaporé-RO  
Secretaria Legislativa

15 SET. 2023

Doc. Recebido  
Ass.: \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas  
Gilson da Silva Paulino  
SECRETÁRIO LEGISLATIVO  
CMSEG

MENSAGEM Nº 180 /2023.

**Assunto – Substituição do Projeto de Lei Orçamentaria Anual para o Exercício Financeiro de 2024.**

Senhores (a), Vereadores (a),

Ínclitos Legislativos,

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Alcino Bilac machado, traz hoje à vossa apreciação, para posterior votação, a proposta da Lei orçamentária para o exercício financeiro de 2024.

A proposta de Lei orçamentária que encaminhamos a Vossas Excelências é cumprimento de norma constitucional atender de maneira clara e transparente a todosos segmentos da sociedade de São Francisco do Guaporé-RO.

Esperamos poder dar início ao processo de modernização de crescimento municipal. Esperamos ainda, como é o nosso compromisso, poder intervir no âmbito das áreas sociais básicas, corrigindo e colmatando uma lacuna, infelizmente adiada desta há muito.

O projeto de Lei orçamentária contempla as atividades correntes mais relevantes do município globalmente.

Ademais, a LOA detalha a programação contida no PPA a ser realizado. A Lei orçamentária disciplina todas as ações do governo municipal. Nenhuma despesa pública do município pode ser executada fora do Orçamento. E, ainda, o projeto de LOA está em consonância com as regras legais pertinentes.

**Por fim informamos que o respectivo projeto de Lei Orçamentária LOA 2024, contempla em seu artigo Art. 5.º § 1º, o valor destinado a ser objeto de Emendas Impositivas pelos Nobres Vereadores.**

Pelo exposto, submeto a vossas Excelências o Projeto de Lei orçamentária para o exercício financeiro de 2024, para a devida apreciação, votação e aprovação, nos termos legais pertinentes.

São Francisco do Guaporé-RO, 15 de setembro de 2023.

**Alcino Bilac Machado**  
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI N.º 180 /2023.

**“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de São Francisco do Guaporé, para o exercício Financeiro de 2024”.**

## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1.º** - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

## **CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

### **Seção I Da Estimativa da Receita**

**Art. 2º** - O orçamento Geral do Município, para o Exercício financeiro de 2022, Estima à receita em **R\$ 107.834.123,30 (Cento e Sete Milhões, Oitocentos e Trinta e Quatro Mil, Cento e Vinte e Três Reais e Trinta Centavos)** e fixa a despesa em igual valor, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração Municipal Direta e Indireta, bem como os Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

**Art. 3º** - A RECEITA realizar-se-á mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas corrente e capital, na forma de legislação vigente, discriminadas nos anexos em conformidade com o que preceitua a lei federal nº 4.320/64, com os seguintes desdobramentos.

| <b>ESPECIFICAÇÕES</b>                     | <b>TOTAL</b>          |
|---|-----------------------|
| <b>1 – RECEITAS CORRENTES</b>             | <b>107.834.123,30</b> |
| Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria | 6.545.624,47          |
| Receita de Contribuições                  | 3.496.122,95          |
| Receita Patrimonial                       | 10.321.427,83         |
| Receita de Serviços                       | 1.560.951,59          |
| Transferências Correntes                  | 89.856.231,71         |
| Outras Receitas Correntes                 | 864.260,62            |
|   |                       |



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
ADVOCACIA GERAL DO MUNICIPIO

|  |                        |
|--|------------------------|
| <b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>                       | <b>2.696.699,18</b>    |
| Transferência de Capital                             | 2.696.699,18           |
| <b>7 – RECEITAS CORRENTES<br/>INTRAORÇAMENTÁRIAS</b> | <b>4.231.077,40</b>    |
| Receita de Contribuições                             | 4.231.077,40           |
| <b>9 – DEDUÇÕES DA RECEITA</b>                       | <b>(11.738.272,45)</b> |
| (-)Dedução para o Fundeb                             | (11.738.272,45)        |
| (-)Dedução de Receita de Valores<br>imobiliários     | (300.000,00)           |
| <b>TOTAL</b>   | <b>107.834.123,30</b>  |

**Seção II**  
**Da Fixação da Despesa**

**Art. 4º** - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 107.834.123,30 (Cento e Sete Milhões, Oitocentos e Trinta e Quatro Mil, Cento e Vinte e Três Reais e Trinta Centavos), apresenta o seguinte desdobramento:

| <i>GRUPO DE DESPESA</i>                   | <b>TOTAL</b>          |
|---|-----------------------|
| <b>3. DESPESAS CORRENTES</b>              | <b>95.057.887,49</b>  |
| 3.1 - Pessoal e Encargos Sociais          | 41.147.336,23         |
| 3.2 - Juros e Encargos da Dívida          | 159.293,75            |
| 3.3 - Outras Despesas Correntes           | 47.751.257,51         |
| <b>4. DESPESAS DE CAPITAL</b>             | <b>3.075.544,31</b>   |
| 4.4 – Investimentos                       | 1.884.315,98          |
| 4.6 – Amortização da Dívida               | 1.191.228,33          |
| <b>9.9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>      | <b>9.700.781,48</b>   |
| 9.9 - Reserva de Contingência – Executivo | 4.497.196,69          |
| 9.9 – Reserva de Contingência – RPPS      | 4.753.584,79          |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>107.834.213,28</b> |

**Art. 5º** - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programas de Trabalho e Natureza de Despesa, que apresenta o seguinte desdobramento.

**1 - Por Funções de Governo**

|                    |               |
|--------------------|---------------|
| Legislativa        | 4.156.495,02  |
| Administração      | 24.283.519,59 |
| Assistência Social | 2.671.424,25  |
| Previdência Social | 6.613.740,90  |
| Saúde              | 19.132.969,84 |
| Educação           | 32.401.480,27 |
| Cultura            | 33.220,80     |
| Urbanismo          | 256.519,97    |
| Saneamento         | 686.094,65    |
| Gestão Ambiental   | 1.108.107,53  |



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
ADVOCACIA GERAL DO MUNICIPIO

|                         |                       |
|-------------------------|-----------------------|
| Agricultura             | 3.287.665,59          |
| Comércio e Serviços     | 172.479,01            |
| Energia                 | 1.141.854,30          |
| Transporte              | 1.122.863,10          |
| Desporto e Lazer        | 470.104,10            |
| Encargos Especiais      | 324.802,89            |
| Reserva de Contingência | 9.700.781,48          |
| <b>TOTAL</b>            | <b>107.834.123,30</b> |

**3 – Por Categorias Econômicas**

|                         |                       |
|-------------------------|-----------------------|
| Despesas Correntes      | 95.019.630,99         |
| Despesas de Capital     | 3.113.710,82          |
| Reserva de Contingência | 9.700.781,48          |
| <b>TOTAL</b>            | <b>107.834.123,30</b> |

**4 – Por Órgão de Administração**

|                   |                       |
|-------------------|-----------------------|
| Poder Legislativo | 4.156.495,02          |
| Poder Executivo   | 103.677.628,28        |
| <b>TOTAL</b>      | <b>107.834.123,30</b> |

§ 1º O orçamento destinado as **Emendas Impositivas**, é na ordem de R\$ 1.011.311,96 (Um milhão e onze mil trezentos e onze reais e noventa e seis centavos, representando 1,2% da Receita Corrente Líquida do exercício anterior conforme disposições legais.

§ 2º É obrigatório a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 1º deste artigo, salvo no caso de impedimento de ordem técnica.

§ 3º No caso de impedimento de ordem técnica, o Poder Executivo, enviarão ao Poder Legislativo a justificativa do impedimento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei.

§ 4º Os órgãos, secretarias, unidades administrativas etc, beneficiados com as Emendas Impositivas, deverão encaminhar a respectiva nota de empenho ao Poder Legislativo até 10 (dez) dias úteis contados de sua emissão.

§ 5º Os Programas e as Ações provenientes de Emendas Impositivas deverão ser empenhadas até o dia **30 de junho de 2024**, salvo no caso de impedimento de ordem técnica ou que exija procedimento licitatório para execução de obra.

**Art. 6º** - Integram esta Lei, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
ADVOCACIA GERAL DO MUNICIPIO

### **Seção III**

#### **Da Autorização e dos Limites para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares**

**Art. 7º** - Nos termos da Constituição Federal, Art. 167 Inciso VI e dos art. 7º, 42 e 43, da Lei Federal n. 4.320/64, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, por meio de Decreto, a realizar o remanejamento, a transposição e/ou transferência de recursos, assim como realizar abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial ou total, e superávit financeiro apurado em 31 de dezembro de 2023, desde que não alterados os objetos iniciais, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do orçamento, incluídos aquelas destinadas a viabilizar a execução de convênios, acordos ou ajustes similares, desde que ha programa e ação compatível com o objeto do mesmo.

**Art. 8º** - Não incidirão sobre o percentual de limite autorizado no artigo anterior as alterações destinadas a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a:

- a) Anulação parcial ou total de suas dotações;
- b) Decorrentes de sentenças judiciais, inclusive aquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente, cuja suplementação poderá ocorrer até o limite dos valores sentenciados;
- c) Com serviços da dívida (juros e amortização da dívida), cuja suplementação poderá ocorrer até o limite das respectivas inscrições;
- d) Provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas, cuja suplementação poderá ocorrer até o limite dos respectivos contratos;
- e) Provenientes de recursos de doações, convênios e outras transferências voluntárias, inclusive decorrentes de saldos de exercícios anteriores, cujasuplementação poderá ocorrer até o limite dos respectivos convênios, transferências e aditivos celebrados;
- f) A serem suportadas com o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e
- g) De pessoal e obrigações patronais.

**Art. 9º** - Fica assegurado o repasse, em conformidade a Emenda Constitucional nº 25/2000 o percentual de até 7% (sete por cento ) para o Poder Legislativo, calculado na forma do artigo 29-A, inciso II.

**Art. 10º** - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer normas complementares pertinentes à execução orçamentária e, no que couber adqua-las às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000, compreendendo também a programação financeira de desembolso para 2023.

Parágrafo único: se a despesa da LOA for fixada a menor, a diferença podeá ser aberta via crédito adicional e suplementar ou reformulação administrativa, em acordo na forma do artigo 43, § 1º da Lei Federal nº 4.320/64 e Constituição Federal, Art. 167 Inciso VI, respectivamente.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

### **CAPÍTULO III**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Parágrafo único: se a despesa da LOA for fixada a menor, a diferença podeá ser aberta via crédito adicional e suplementar ou reformulação administrativa, em acordo na forma do artigo 43, § 1º da Lei Federal nº 4.320/64 e Constituição Federal, Art. 167 Inciso VI, respectivamente.

**Art. 11º** - Fica o executivo municipal autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita para atender a insuficiência de caixa, conforme previsto no art. 7º. II da lei federal 4.320/64, e art. 165, par. 8º da Constituição Federal.

§ 1º Estende-se a redação do artigo acima, para os projetos de convênios e subvenções que este município firmar com os demais entes federativos e instituições privadas no exercício 2023.

§ 2º Pela presente lei fica o executivo Municipal autorizado à criação de categoria econômica, atividades e programas.

**Art. 12º** – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos subsequente por ato do chefe do Poder Executivo, art. 43 da lei federal 4320/64 e CF art. 167, § 2º.

**Art. 13º** Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos nas Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024.

Parágrafo único. Para efeito para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

**Art. 14º** - Esta lei entra em vigor, em 1º de janeiro de 2023. Revogam-se as disposições em contraditório.

Gabinete do Prefeito, edifício sede do Poder Executivo, 15 de setembro de 2023.

  
**Alcino Bilac Machado**  
Prefeito Municipal